

Carlos Leone

O essencial sobre

ESTRANGEIRADOS
NO SÉCULO XX

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA

Carlos Leone

O essencial sobre

ESTRANGEIRADOS
NO SÉCULO XX

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

© **N** I M P R E N S A
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.

O conceito de estrangeirado como força dinâmica e ordenada na história portuguesa é muito recente.

JORGE BORGES DE MACEDO, «Estrangeirados», *um Conceito a Rever.*

NOTA PRÉVIA

Este volume da colecção «O Essencial sobre» apresenta ao leitor os dados fundamentais para a compreensão do sentido actual do termo «estrangeirados». Para tanto, limita-se ao período histórico em que este conheceu uma divulgação com maiores consequências na História das Ideias e valoriza os autores e textos com posições mais pertinentes, e diversificadas, em detrimento do polemismo que, reconhecidamente, está também associado à história do termo (como se referirá adiante várias vezes).

Assim, num primeiro momento tenta-se dar conta da relevância do tema «estrangeirados» no pensamento histórico de Sérgio, marcado por um empenhamento cívico comum na sua geração mas modulado de forma singular por uma preocupação na reforma tanto das mentalidades como das práticas (o primeiro aspecto tende a ser de tal modo dominante que pouco espaço deixa ao segundo). Desse empenhamento nasceram opções de interpretação histórica que, se o ignorarmos, serão in-

compreensíveis e injustificadas. Deste modo, trata-se de fazer justiça a Sérgio sem adoptarmos acriticamente o seu ponto de vista, como sucedeu a alguns dos seus sucessores.

No segundo capítulo, propõe-se um modelo de interpretação próprio e, tanto quanto sabemos, original da noção «estrangeirado», aplicada agora ao século xx. As três vagas de «estrangeirados» do século xx português, bem como as suas diferenças internas, podem, cremos, trazer nova luz quer ao termo (seu sentido e aplicabilidade) quer à sua história (às suas polémicas passadas e de certo modo ainda presentes). Ao destacarmos a «segunda vaga» desses estrangeirados, posterior aos períodos em que o próprio Sérgio esteve «estrangeirado», estamos a propor uma valorização de um período da nossa história contemporânea habitualmente descrito como um «consulado das trevas» (por exemplo, por um sergiano convicto como Victor de Sá em *Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal*), a contrario sensu, no entanto, do que o fizeram os opositores de Sérgio.

No final do segundo capítulo e no terceiro, é já desses opositores, propositados ou não, que se trata. Apesar de um certo sucesso do termo, a historiografia portuguesa da segunda metade do século xx mostrou os limites dos «estrangeirados» como conceito e criticou-o

de várias formas e com objectivos muito diversos. E se citamos em epígrafe Jorge Borges de Macedo não será para colocarmos este pequeno trabalho sob a sua égide, mas, pelo contrário, para reconhecermos a importância das suas reservas face a Sérgio apesar de partilharmos mais pontos de vista com a historiografia de sergianos (em particular a de Magalhães Godinho).

No conjunto, realçamos a centralidade de Sérgio em toda a questão, o que será simples justiça, independentemente da concepção de História que adoptemos.

O CONCEITO NO SÉCULO XX

Do romantismo para cá, estrangeirados seria antes o rótulo conferido ao progressista, insatisfeito ou inconformista, ao pioneiro de qualquer novidade, contra a qual se mobiliza a nacional inércia, ao franco-atirador que se autocondena a crivar de setas a mitologia reinante.

ANTÓNIO COIMBRA MARTINS, «Estrangeirados», *Dicionário de História de Portugal*, vol. II.

A relevância da questão dos «estrangeirados», na História de Portugal começa muito antes do século XX. E, precisamente por isso, faz sentido demarcar períodos, autonomizando-os de modo a iluminarem-se mutuamente. Ao escolher escrever *O Essencial sobre Estrangeirados no Século XX* estamos a afirmar duas coisas: a relevância que o tema adquiriu nesse período e a influência exercida pela formulação que então conheceu, sobretudo

através de António Sérgio, na concepção do que foram os «estrangeirados» anteriores ao século xx.

A relevância dos «estrangeirados contemporâneos» para a nossa História cultural e social constitui o essencial deste volume. Por isso, limitamo-nos a apresentar em traços gerais a influência de Sérgio na discussão do tema no século xx e, de certo modo, até hoje. Ao inscrever em epígrafe a esta introdução o final do artigo «Estrangeirados» de António Coimbra Martins (em Serrão 1965), assinalamos aquela influência e o modo como ela reconfigurou o entendimento e os usos do termo. Fazendo parte desse processo, Coimbra Martins não o poderia descrever, pelo contrário participou nele quase sem reservas. Hoje, décadas depois, é possível apresentar, nos seus traços essenciais, esse processo, os seus autores e as suas consequências.

*

Como teremos ocasião de comentar mais tarde, ao lermos o texto de onde citamos, Jorge Borges de Macedo tem razão ao afirmar: «A ênfase dada por António Sérgio ao conceito de estrangeirado, na sua própria obra, não foi súbita nem tomou, desde logo, todas as suas modalidades.» (Borges de Macedo 1974: 24.) Por isso, vamos nestas páginas introdutórias indicar as grandes

linhas de força da evolução do pensamento de Sérgio a respeito do tema e da sua relevância na História de Portugal.

O texto seguinte deste capítulo apresenta uma versão resumida do terceiro capítulo da nossa dissertação de doutoramento, a publicar na INCM. Borges de Macedo indica, e correctamente, as datas de 1914 e 1929 como as balizas temporais da exploração do conceito «estrangeirados» por Sérgio (cf. Borges de Macedo, *ibid.*). Assim, em conferência no Rio de Janeiro (Sérgio 1913: 14-15), António Sérgio refere como causas da decadência peninsular a educação guerreira (causa do parasitismo que denuncia ao polemizar com Cortesão e Pascoaes) e o isolamento, mania purificadora. Das duas causas, é o próprio Sérgio quem atribui maior importância à primeira e responsabiliza-a mesmo pela existência da segunda causa. E relaciona os dois aspectos: «— donde o atraso dos peninsulares nas funções normais da indústria, e agricultura, e com a formação de um temperamento em que as faculdades românticas da paixão e da fantasia, da impulsividade e da retórica, preponderam enormemente sobre a vontade e a razão.» (P. 15.) De seguida (cf. pp. 15-17), a argumentação procede historicamente e, começando na Reconquista, só termina com D. Sebastião — «o de Alcacer, onde foi achar sepultura própria, para si mesmo e para o seu reino, um

doido varrido da Cavalaria, simbolo dos erros duma nação» (p. 17). Este é o ponto de interesse na conferência.

O tema da decadência é oitocentista, e a apropriação que Sérgio faz dele, apesar de original, queda-se ainda vítima da escassa atenção dada por si (como por Proença e por quase todos à época) à linguagem, aos termos, empregues na discussão. Sérgio tem noção das diferenças da sua tese face a Antero (aspecto subvalorizado por Coimbra Martins), bem como dos seus objectivos: não a revolução mas o progresso; não o socialismo mas o liberalismo. No entanto, a sua relação com a «degeneração» do País, e por conseguinte a regeneração que ambiciona (cf. pp. 17 e segs.), são tolhidas desde o início pelo carácter simbólico da relação que Sérgio mantém com figuras da História de Portugal. Neste particular, crucial para tudo o resto na medida em que condiciona a relação crítica com os problemas, Sérgio permaneceu demasiado próximo de outro dos Vencidos da Vida, o Oliveira Martins que terminou os seus dias mitificando dramaticamente figuras da História.

A relação simbólica de Sérgio com D. Sebastião distingue-se nitidamente de outras do mesmo género pela sua intensidade e consequências. Se o processo a Damião de Góis é lembrado (cf. pp. 26-27) como «scena da tragedia» (do isolamento purificador português pela

Inquisição), e se podemos ver nesta própria expressão, mais do que um pormenor de estilo, a marca de um sentimento comum à geração dos «novos» de 1915 (por oposição à primeira geração republicana surgida com o Ultimatum, como veremos no primeiro capítulo) face ao passado com que a República viera cortar, já o caso da relação com D. Sebastião é ainda mais importante por aquilo que revela sobre a imagem de Portugal aos olhos do discurso crítico português.

O papel de D. Sebastião é o de símbolo de um país autodestruído. Ele não surge como único responsável, é mesmo em parte vítima da importação do Santo Ofício por D. João III. O valor da figura de D. Sebastião para Sérgio é, realmente, esse: o de alguém que, em vez de contrariar voluntária e racionalmente os erros que herdou, persistiu «romanticamente», «retoricamente» neles até perecer sem remissão. Ora, a valorização da figura do «Desejado» por Carlos Malheiro Dias em 1924, por ironia adicional inserta numa exortação à Mocidade, insistia naquilo que Sérgio disputara com Pascoaes uma década antes: a imagem do Portugal antimoderno como ideal cultural (logo, também político) e D. Sebastião como seu símbolo natural. Pretender ver em D. Sebastião o canto do cisne do Portugal quinhentista não representa apenas, na perspectiva de Sérgio, um erro histórico, discutível de modo mais consequente, aliás, em

torno do conceito de Seiscentismo; representa sim a valorização de uma atitude anterior, mas também contemporânea e posterior (*i. e.*, também do século xx) à Modernidade, no nosso caso aos Descobrimientos de Quinhentos, que em todos os tempos se define com anti-europeia e anti-individualista: o tradicionalismo. Aquilo que Sérgio irá objectar, e de forma mais radical contra Sardinha e Moncada, é justamente o carácter afinal conservador e contraproducente, até para os próprios, do seu elogio do Seiscentismo e, concomitantemente, de D. Sebastião.

É na polémica do Seiscentismo que se fazem sentir as consequências da dimensão simbólica da figura de D. Sebastião. A polémica que fora, com Pascoaes, de teor cultural, adquire uma dimensão histórica pela relevância que o período filipino teve para a posteridade do País. A celebração do Seiscentismo como regeneração do País é percebida por Sérgio como apenas mais uma instância do isolamento (agora face a Espanha), mais um instante da persistência no erro da purificação cultural, na forma de processo contra a modernidade que veio — desde Pombal — afastar o modelo tradicionalista de sociedade restaurado em 1640. Pode parecer impróprio para um crítico de ideologia liberal como Sérgio a valorização de uma figura despótica como Pombal, mas o facto é que essa valorização é feita com um pressuposto e com uma

reserva: o pressuposto é a bondade dos efeitos imprevisíveis das acções de Pombal — a modernização de mentalidades para além da vontade do déspota; a reserva é a relativização das acções de Pombal, tidas por insuficientes (Sérgio 1913: 30-31), por secundárias face à dos estrangeirados (cf. p. 33), e apenas superficial quando comparada com a dos ministros de D. Maria I (cf. Sérgio 1929: 56). Mas, ao contrário da crença geral, o essencial do sergianismo não está no polemismo (ele próprio o explicou), e também aqui os avanços na compreensão da importância dos «estrangeirados» para uma leitura crítica da História de Portugal se encontram noutros textos. Esses avanços deixam-se ler nas conferências de Sérgio de 1925 («As duas políticas nacionais») e 1926 («O Reino Cadaveroso»), recolhidas no segundo volume dos *Ensaio*s (Sérgio 1929), e em vários pequenos textos reunidos no terceiro volume dos mesmos *Ensaio*s (Sérgio 1932).

Em todo o caso, o confronto com Sardenha e com o «seu» movimento político, o Integralismo Lusitano, foi decisivo. O integralismo, representante da face moderna da extrema-direita na I República portuguesa, definiu-se desde 1914 como alternativa radical para os que, em nome da legitimidade monárquica ou de aspirações autoritárias republicanas, se opunham ao sistema repu-

blicano democrático implantado em 1910. Esta confluência de monárquicos e jovens republicanos resultou num conglomerado de tendências com pouco a unificá-las: no primeiro capítulo de uma obra de um dos nossos maiores sociólogos, Hermínio Martins (cf. Martins 1998: pp. 19 e segs.), este identifica um catolicismo conservador e uma cultura tradicionalista em geral: «Os dois tipos são corporativistas, monárquicos e antiparlamentares, ambos desconhecem, de facto, a Revolução Francesa e a Reforma.» (P. 21.) A génese social do movimento, mais do que nortenha, é especificamente coimbrã, o que não espanta se atendermos aos dados já referidos anteriormente em torno da noção de «sociedade dual» (lembre-se o estatuto particular de Coimbra, meio urbano e influente politicamente mas situado numa zona geográfica do interior, tendencialmente conservadora), e o próprio Martins refere que estes tradicionalismos não sintetizavam, «necessariamente, um conteúdo político manifesto; [...] mas tinham em comum os mesmos gostos literários e artísticos» (p. 23). Este aspecto, que marca o peso dos subsistemas sociais na *élite* política portuguesa (Martins *dixit*; cf. *id.*, *ibid.*), não impede contudo que a natureza do movimento seja de facto política, inspirada em ideias correntes na época, próximas da «Action Française» (cf. Martins 1998: 24-25) — nacio-

nalismo, anticosmopolitismo, anti-semitismo, antiliberalismo. Para o que nos interessa, citemos o seguinte passo de Martins:

Como sempre acontecia em Portugal, a polémica ideológica suscitada pelo integralismo transferiu-se para o âmbito da auto-avaliação histórica. Os integralistas deviam caminhar sobre este terreno não só sob o impulso de imperativos culturais genéricos, mas por via da própria lógica da sua ideologia nacionalista. A partir do momento em que repudiaram virtualmente o século XIX *em bloco* — em especial o seu chefe intelectual mais dotado e autorizado, António Sardinha (1889-1925) — procuraram definir a «essência eterna», a herança da tradição portuguesa, servindo-se de factos simbólicos e de personagens que encarnassem valores messiânicos, pastorais e hierárquicos. Esta reconstrução do passado numa perspectiva nacionalista reaccionária era definida com exactidão, por comentadores complacentes, como «futurismo do passado». [P. 25.]

Em 1929, ao prefaciá-lo o segundo volume dos seus *Ensaio*s, Sérgio dirige-se ao jovem leitor que sempre procura, associando-lhe explicitamente a alma poética, aquela que, no passado, contestara a prevalência na *Águia*, o que pensa com o coração, «como me disseram alguns extaticamente, durante a polémica do Sebastianismo» (Sérgio 1929: 9). Nesse prefácio (cf. pp. 12-16) como em

tantos outros textos, a tese sergiana sobre a função a desempenhar pelo seu trabalho, individual e colectivo (por exemplo, no *Guia de Portugal* organizado por Proença), radica-se na associação do europeísmo como fonte de uma cultura portuguesa livre, herdeira do espírito quinhentista, que cumpra as sucessivas tentativas falhadas de modernização da «formação social» (p. 106) do País. Em rigor, o seu projecto foi sempre o mesmo. O que o momento de confronto com o integralismo permite perceber é a percepção clara de Sérgio de numerosos aspectos que entretanto muitos negaram que ele tivesse conseguido notar: a valorização intrínseca da democracia ou a relação entre os planos técnicos e intelectuais face aos políticos e morais.

«O Reino Cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal», conferência de 1926, é provavelmente o texto típico das dificuldades causadas pelo próprio António Sérgio à expressão (mesmo à concepção) do seu pensamento por força da sua — e da época — desatenção à necessidade de uma terminologia rigorosa nas ocasiões em que o ponto a firmar é de ordem teórica e não polémica. O problema é a referência à «mentalidade» e, a partir daqui até ao fim do século, à reforma das mentalidades. Naturalmente o problema não nasce com Sérgio, é um problema crónico da reflexão sobre o País ao longo da modernidade; a questão é outra — é por Sér-

gio que ele se enquista como lugar-comum da *intelligentia* nacional, não só na de Esquerda, não só na progressista em geral, não só na republicana, liberal e democrática ou, apesar das diferenças, na neo-realista. Desde que o tópico se implantou, *o tema da «reforma das mentalidades» e suas adjacências (a traição dos funcionários, a má consciência dos intelectuais pela sua distância relativamente ao povo) é a via-sacra da interpretação do discurso crítico e das restantes correntes intelectuais em Portugal no século xx, mesmo por aqueles que trabalham a partir da perspectiva das ciências sociais contemporâneas.*

Partindo de uma visão da história nacional que já identificámos, Sérgio explica a degeneração do País em termos de «promessa que se não cumpriu» (p. 19). A falta irredimida é, como de costume, o afastamento da Europa simbolizado pelo isolamento purista e guerreiro que se consumou em Alcácer Quibir. Afastados da História da Europa (cf. pp. 20, 44 e segs.; e de novo a tese é da década anterior, cf. Sérgio 1913: 25), reduzidos a um «Reino da Estupidez», privados de um discurso crítico próprio, carecemos de uma leitura da nossa História que *permita* uma regeneração nacional. Isto porque, como acentuaremos mais tarde, a leitura da História em clave crítica, experimental e europeísta não regenera a mentalidade por si só; a mentalidade só se regenera com uma

alteração de formação social, com uma conversão de actividades sociais. O momento histórico é de *interpretação*, ainda não de acção. Por isso é o presente que mobiliza o estudo do passado — o presente que conhece o passado é o único em posição de criar um futuro diferente da continuidade cadaverosa e estúpida. A exposição da conferência (pp. 21 e segs.) tenta traçar uma continuidade entre momentos históricos simbólicos da nossa cultura tomando como critério a comunidade de Portugal com a cultura autêntica: crítica, experimental, moderna. Numa palavra, Europa.

Num primeiro momento reencontram-se temas já presentes em polémicas (com Pascoaes, por exemplo), o papel da ciência no espírito moderno e a proximidade dos Descobrimentos com a Renascença italiana. A partir daqui (cf. pp. 29 e segs.), é da conversão experimental da teoria científica que se trata, tomando Sérgio como paradigma o *Esmeraldo* de Duarte Pacheco — mesmo neste passo, mesmo em trechos tão decisivos para a vinculação indispensável a Sérgio da liberdade de espírito crítico moderno à liberdade experimental da ciência moderna (cf., p. ex., pp. 31 e 50), Sérgio permanece fiel à descrição expressiva mais do que à análise justificada. Não se trata de ser inadequado numa conferência falar em «flor de pensamento que não chegou ao fruto, prenúncio do Portugal que devia ter sido, esperança sublime

que se estiolou!» (p. 31), pois não será difícil identificar textos do mesmo período em que a aparente confusão do ser com o dever ser, ou o do uso de metáforas orgânicas (tão inadequadamente românticas, segundo Sérgio), são percebidas pelo ensaísta como simples expressões. Trata-se sim de, também nesses outros textos, não encontrarmos exposições equivalentes em ambição e pormenor do problema, apenas elaborações técnicas mais ou menos conseguidas.

É no momento de crise europeia, por Sérgio associado a Erasmo (cf. pp. 38-39), que o discurso crítico prossegue no espaço europeu prevalecendo sobre o espírito escolástico reminescente da Idade Média mas, em Portugal (na Península, cf. p. 41), não sucede assim. «É pouco dizer que não progredimos. Temos de confessar que viemos para trás; temos de declarar que tudo morreu. Nada passou do espírito científico para o século XVII português; pelo contrário: o século XVII, aqui, é peripatético e medieval.» (P. 41.) Nas páginas subsequentes temos o material intelectualmente relevante para a leitura do Seiscentismo por Sérgio, mais do que na polémica com Múrias e Sardinha: a questão dos estrangeirados (cf. pp. 44 e segs.) e as reformas de Pombal e de D. Maria I (p. 56). Depois (pp. 57 e segs.), a face do século anterior mais cara a Sérgio, Herculano e a Gera-

ção de 70, são antecipações falhadas do próprio trabalho dos «jovens» da República.

Na conclusão (cf. pp. 60-65) encontramos explicitado o carácter preparatório deste percurso: a relação entre cultura e política não é de identidade, mas de afinidade (cf. o símile colonialismo/educação, p. 60); «a polémica é necessária para se abrir a faina; mas, por si só, resulta estéril» (pp. 60-61); o alegado elitismo da concepção de democracia de Sérgio é afinal o de uma *élite* de «grande número» (p. 61); a ciência e a moral coincidem (p. 64), mas só pela experiência, só na acção. Por tudo isto é a oposição de Sérgio ao integralismo relevante. É o caso mais consistente de extracção de consequências políticas feito a partir de uma divergência de interpretação da História — mesmo que o refluxo autojustificativo referido por Martins (cf. *supra*) de facto nunca falte.

No terceiro volume dos *Ensaio*s (Sérgio 1932), António Sérgio agrupa sob a designação genérica «Notas de Política» um conjunto de textos de entre os quais salientamos dois grupos: «Democracia e Ditadura», «O espírito dos partidos políticos», «Teses ‘integralistas’» e «Sobre a aplicação política da ideia de igualdade» (textos de confronto com teses integralistas e autoritárias, reunidas contra si em torno do Seiscentismo); «A formação de Portugal e a política» e «Ainda a política do

Transporte e a política de Fixação», em diálogo com Vitorino Nemésio, e que nos remetem para a tese maior da interpretação da História de Portugal por Sérgio, a qual terá o seu efectivo desenvolvimento apenas por Vitorino Magalhães Godinho, já com recurso a outros quadros conceptuais.

Contra Sardinha e contra o pensamento autoritário, Sérgio não confunde o moral com o intelectual. Pelo contrário, sem negar patriotismo ao adversário, toda a lista de objecções de Sérgio às teses antidemocráticas («Democracia e Ditadura», pp. 241-251) e antiparlamentares («O espirito dos partidos politicos», pp. 253-264) faz-se pela experiência histórica de outras nações, europeias, e pela sua adequação às necessidades de Portugal. Assim: «A democracia que preconizamos é feita de tolerância e de senso prático, *de refreamento e de disciplina moral*. Partidários de um individualismo solidarista, queremos suprimir os parasitismos pela prática do princípio de cooperação.» (Pp. 250-251.) Veja-se como, num diálogo directo com Sardinha em 1923 («Teses ‘integralistas’», pp. 305-323), Sérgio orienta contra o integralismo lusitano tanto objecções de princípio como a sua interpretação da História. A questão de princípio, o exame do *sectarismo* de Sardinha não carece de acrescentos (cf. pp. 309 e segs.), recupera a crítica ao romantismo que se conhece das polémicas (em especial a

denúncia da mitologia integralista, p. 315). Mas só na leitura da História, em que o problema da administração (em particular o do municipalismo) é central, surge clara a consequência política da interpretação da História de Portugal sergiana: a necessidade de justificação racional do modo proposto para a reforma do funcionamento social (cf. as perguntas de Sérgio a Sardenha, pp. 317-318). Sem isso, o discurso crítico seria indiscernível de qualquer mito, seria persistir no mesmo erro de Saudosistas, Sebastianistas, Integralistas — isolamento e purificação. «O integralismo significa, quanto a nós, uma perda imensa de energia: nada mais.» (P. 319.)

Este ponto é ainda nítido em 1929, em «Sobre a aplicação política da idea de igualdade» (pp. 339-368). Trata-se enfim de defender uma concepção de igualdade e de política na qual o ideal político exprime pressupostos morais, de facto, mas sem se confundir com eles; pelo contrário, para fazer dos ideais da vontade fins da acção são precisos meios técnicos de natureza científica, unicamente acessíveis no contexto de uma europeização de processos práticos tanto quanto mentais. «O tradicionalismo e o conservantismo desabam pois de maneira completa mal percebemos que o espírito é espírito — uma actividade de criação — e não um diafragma ou uma tela passiva em que vem projectar-se uma realidade exterior.» (P. 354.)

Esta concepção de actividade política deriva directamente da leitura da História, europeia e portuguesa, de Sérgio. E por ser este o ponto crucial, o diálogo com Vitorino Nemésio sobre a hipótese quinhentista para a explicação da independência portuguesa (cf. p. 289) e a projecção dessa interpretação histórica para o futuro (cf. pp. 300-301) são os elementos teóricos decisivos para a relação edificante com o estudo da História, já patente na década anterior em polémica com Cortesão. «Para mim, o que liga os homens numa nação verdadeira *não* é a consciência de uma história comum, de um *passado* comum: é um plano de trabalhos para um *futuro* comum.» (P. 301.)

É no mínimo sugestivo que em epígrafe a «As duas políticas nacionais» (Sérgio 1929: 69-109) Sérgio cite Goethe, para quem escrever História é um meio de nos libertarmos do passado. Partindo de um texto de 1675, de Duarte Ribeiro de Macedo, a tese prolonga para o futuro o retrato do «Reino Cadaveroso»: hoje, tal como no passado, o problema do País é a inércia, a ociosidade, a sedentaridade inactiva («comunitarismo»). A explicação para o facto reside na opção seiscentista (já antes prefigurada) pela «Política de Transporte» em detrimento da «Política de Fixação». Desde a fundação do País as duas se revezaram, tendo a primeira dinastia optado pela colonização interna, «Fixação» (cf. pp. 73-74). Segundo

Sérgio (p. 75), esta política foi abandonada quando Portugal resolveu o problema do comércio europeu com o Oriente após a irrupção turca no Levante, com o caminho marítimo para a Índia:

Aparecem na nossa história, desde então, dois pensamentos políticos nacionais. Um é a escola da precedência da colonização metropolitana, quer dizer, da precedência da agricultura e da indústria na metrópole, no território *europeu* de Portugal; o outro, é a escola da precedência da actividade do transporte, do tráfico, da exploração comercial dos produtos do Ultramar. [P. 75.]

Como Sérgio nota, as duas não se excluem necessariamente. A circulação (Transporte) poderia mesmo ter apoiado a Fixação (cf. pp. 77 e segs.). Contudo, a tentação do Transporte como meio exclusivo de subsistência, natural numa «educação guerreira» para a qual o trabalho surge como pouco estimulante, sobrepôs-se em finais de Quinhentos — e até hoje, sob as formas do ouro brasileiro e dos empréstimos da monarquia constitucional (cf. pp. 79-80).

Nas hipóteses que de seguida revê para explicar este triunfo do Transporte, Sérgio insiste numa, aliás comum a outros países: «o dualismo do homem do campo e do homem da beira-mar; das *élites* do interior (nobres, guerreiras, rurais e conservadoras) e das *élites* das cidades

marítimas — comerciantes, inquietas, cosmopolitas e progressivas. Em tôda a parte, o comerciante do litoral e o fidalgo senhor da terra — representam interesses políticos e mentalidades que se contrapõem» (p. 87). Gênese histórica da sociedade dual, a que os estrangeirados do século xx (e não só eles) irão dar a sua atenção.

Numa aproximação à democracia de *élites* que tanto apregou (já referimos que não se trata de *élites* numéricas, e veremos como a educação terá um papel decisivo nessa tese), Sérgio elenca três modelos de defesa da Fixação (sumariados na p. 101). Para além de nos remeter «para o outro problema que me diz respeito, o problema da educação» (p. 106), no que consiste o «plano de trabalhos»? Em duas coisas. A primeira, a desmontagem da confusão, hoje tantas vezes atribuída a Sérgio, entre moral e social:

Diz-se, como sabeis, que estamos sofrendo de uma crise moral. Moral? Não o creio. *Social* sim; digamos *social* e diremos justo. Crise difícil de resolver, porque a acompanha, por desgraça, a crise das crises para quem está em crise, que é a *crise intelectual*. Santificai os portugueses todos, — e a nossa crise persistirá; porque, repito, é uma crise de formação social. [P. 106.]

O outro ponto do plano de trabalho era a promoção do progresso em vez da promoção da revolução. Este

segundo ponto é inteiramente político e, nele, a questão dos «estrangeirados» excede a história intelectual para ocupar um papel na história social e política de Portugal no século xx. Com efeito, o modelo sergiano de uma numerosa *élite* formada no exterior e, de seguida, voltando à pátria para a modernizar, nunca se concretizou. Durante o Estado Novo, por impossibilidade política; depois de 1974, por opção profissional e pessoal de quase todos aqueles que poderiam executá-lo.

AS TRÊS VAGAS DE «ESTRANGEIRADOS CONTEMPORÂNEOS»

Neste momento, convém destacar um ponto a que haveremos de voltar mais tarde. O interesse de Sérgio pelos «estrangeirados» resulta de uma leitura da História (distinta da que Coimbra Martins expõe no final do seu artigo), como vimos resumidamente, mas também de uma experiência pessoal. Ou de várias, a primeira das quais a que veio modelar a sua geração, a geração de 1915.

Esta geração não se deixa definir apenas pelas polémicas entre seareiros e integralistas. Já referimos de passagem a Renascença Portuguesa nos seus tempos áureos de Pascoaes e Cortesão; há ainda que referir o «primeiro Modernismo», pese embora a sua brevidade; e outros grupos podem ainda ser aduzidos, com maior ou menor relevo conforme o estudo do período incida num ou noutro aspecto (anarquistas, comunistas, etc.). Contudo, num estudo sobre o essencial sobre os estrangeirados no século xx, há um aspecto a destacar para

identificar as grandes afinidades entre a geração de intelectuais que surge após a implantação da I República (chamemos-lhes «jovens de 1915»): a sua oposição à primeira geração republicana, os que eram jovens na época do Ultimatum e ocupavam já os lugares cimeiros dos sectores chave da sociedade monárquica quando o 5 de Outubro de 1910 lhes deu o poder que ainda não tinham, o político. Esse conflito de gerações, entre os últimos do século XIX e os primeiros do século XX, surge bem nítido no *Inquérito Literário* promovido por Boavida Portugal e na polémica que se lhe seguiu (Portugal 1915). Aí encontramos o notório desentendimento entre as duas gerações, inclusivamente o desconhecimento dos jovens de 1915 por parte das figuras cimeiras da recém-criada República. Aí, também, a propósito de um inquérito sobre a relação entre a literatura e a política nacionais na nova realidade republicana, encontramos evidência de como as claras diferenças entre os jovens de 1915 não impediam a comum rejeição dos seus predecessores.

A emergência do «Grupo da Biblioteca» (Proença, Cortesão, Sérgio), e posteriormente da *Seara Nova* (entre outras actividades cívicas), surge no final dessa década inaugural da I República, da reconfiguração das relações entre os jovens de 1915 e da ascensão que estavam então a empreender na sociedade portuguesa.

É no quadro dessas evoluções que surge o interesse de Sérgio pelos estrangeirados. Como vimos, mais do que uma tese sobre o passado, era de um projecto para um futuro diferente que se tratava. Como é natural, entre tantas polémicas o aspecto edificante do papel dos estrangeirados segundo Sérgio perdeu-se. Ele é, no entanto, essencial: reavaliando a História, explica por que motivos não se realizaram entre nós, ou se realizaram tardia e defectivamente, processos sociais indispensáveis à Modernidade (formação capitalista moderna, formação do Espaço Público, democratização); ensaiando o futuro, a referência aos estrangeirados envolvia a formação de um escol democrático, cujo patriotismo efectuaria uma importação voluntária da técnica europeia para a comunidade portuguesa. No capítulo anterior indicámos sucintamente os argumentos de Sérgio quanto ao primeiro destes pontos; neste momento, trata-se de integrar Sérgio e as gerações que se lhe seguiram no segundo daqueles pontos.

*

A primeira geração dos «estrangeirados contemporâneos» reúne intelectuais e políticos das gerações de 1890 e de 1915, além de alguns outros, por assim dizer «entre» as duas (Fidelino de Figueiredo, por exemplo —

sintomaticamente, a conferência de Jorge Borges de Macedo que citámos é-lhe dedicada). Para o que nos interessa, mencionamos apenas os últimos. Tomando como referência o referendo à constituição do Estado Novo e a legislação subsequente no sentido de politizar o aparelho de Estado, falamos de uma primeira geração de «estrangeirados contemporâneos» a propósito daqueles que escolheram ou foram forçados ao exílio entre a implantação da ditadura militar e 1935 (ano da primeira grande «purga» no sistema de ensino).

Num elenco longe de ser exaustivo, encontramos os nomes de Fidelino de Figueiredo, António Sérgio, Jaime Cortesão, Raul Proença, Aurélio Quintanilha, Eudoro de Sousa, Agostinho da Silva, José Rodrigues Miguéis. Nestes e noutros casos, mesmo quando não é a actividade cívica e política que mais distingue a sua acção, é legítimo ver exílios políticos, politicamente motivados. Nuns casos, maioritários, pela perseguição e efectiva impossibilidade de continuar a viver no País; noutros, uma escolha voluntária resultante do isolamento face ao mundo.

Esta primeira vaga nunca mais será reintegrada na vida portuguesa, a não ser *post mortem*, simbolicamente, nos casos em que não foram simplesmente esquecidos. A excepção, dir-se-ia, foi Sérgio. De volta a Portugal na década de 1930, exerceu actividade crítica e cívica

constante, mesmo quando a sua *Seara* foi «comunizada» (*sic*) com o assentimento de Câmara Reys. Mas, se dissemos atrás que Borges de Macedo não se enganou ao datar nas décadas de 1910 e 1920 o fulcro da reflexão sobre os «estrangeirados», e historiográfica em geral, de Sérgio, isso se deveu ao facto documentável de a sua actividade a partir da década de 1930 se centrar nas disputas internas aos círculos da Oposição (mesmo quando falava de Literatura ou Ciência), em especial compita com um PCP em reorganização e com influência crescente entre os jovens que Sérgio sempre ambicionara influenciar. Ou seja, o regresso de Sérgio e a sua actividade posterior não marcam um caso de estrangeiramento segundo a sua própria doutrina mas, pelo contrário, provam a impossibilidade da aplicação da sua tese ao Portugal do século xx. Aqueles que conheceram o exílio nesta primeira fase perderam definitivamente a sua influência sobre o País, tanto sobre o regime, volvido autoritário, como sobre a Oposição onde uma nova geração surgia, com formação teórica e doutrinal diversa da dos jovens de 1915.

Certo, a ênfase nos «estrangeirados» na História de Portugal participava de uma valorização da pedagogia e da crítica; sucede que a menor importância da temática a partir dos anos 30 indica um afastamento (não uma renúncia, nem sequer uma revisão) não tanto ao con-

ceito quanto às condições de exercício da crítica histórica que o justificava. No contexto social e político dos anos 30 e 40, o civismo crítico da geração de 1915 deixara de ser possível. Consequentemente, a nova geração iria desenvolver uma nova experiência e uma nova reflexão sobre o conceito de «estrangeirados».

*

Tal como a primeira vaga de estrangeirados do século xx agrupa homens anteriormente em oposição mútua, desde logo geracionalmente, também a segunda geração se compõe de situações diferentes reunidas por força de circunstâncias que conferiram coerência ao trabalho que todos desenvolveram a partir do exterior. Assim, após um momento de êxodo no imediato pós-guerra (cerca de 1945-1955), encontraremos um segundo momento, associado ao surgir e agravar do conflito colonial. Este segundo momento conhecerá uma tentativa de contramovimento na chamada «primavera marcelista», do qual não nos ocuparemos por dois motivos: a sua irrelevância prática, após um primeiro surto de expectativas entre os que haviam partido; e o facto de este ser um volume sobre «o essencial sobre estrangeirados» e não sobre a história social do Estado Novo.

Antes de identificarmos os autores mais relevantes desta segunda vaga, merece destaque o caso específico dos estrangeirados oriundos das colónias portuguesas. Como nota Bettencourt da Câmara no seu prefácio a um volume de ensaios de um desses estrangeirados (Hermínio Martins, natural de Moçambique), as purgas iniciais do Estado Novo ao sistema de ensino na metrópole levaram para os territórios africanos de Portugal muitos dos mais habilitados docentes do ensino, sobretudo liceal. Somada à influência exercida por países anglófonos no Sul de África (já patente, por exemplo, em Pessoa), esta situação gerou o efeito perverso — na perspectiva do regime português — de formar um escol de alunos cientificamente muito bem preparados e doutrinados ideologicamente, do qual emergiu um contingente de «estrangeirados» desde a década de 1950. Uns, como Martins, transitaram do sistema liceal português directamente para o ensino superior estrangeiro; outros, como Fernando Gil, passaram pela Universidade portuguesa antes de rumarem ao estrangeiro (para uma apresentação mais extensa do caso de Moçambique, cf. Bettencourt da Câmara *in* Martins 1996). Apesar de pouco estudado, este êxodo dos jovens mais bem preparados dos territórios coloniais parece similar ao fenómeno descrito por Adérito Sedas Nunes no Portugal metropolitano da década de 1960 (cf. Sedas Nunes 2000).

E, sem espanto, vemos como tanto Sedas Nunes como Hermínio Martins, sociólogos com formação teórica e posicionamento ideológico tão diversos, recuperam a ideia sergiana de Portugal como sociedade dualista em forma cientificamente mais rigorosa, como «sociedade dual» (em ambos os casos, na década de 1960).

Na primeira década após a Segunda Guerra Mundial assiste-se à partida de intelectuais e académicos de percursos diversos e com destinos igualmente diversos. Mesmo sem um levantamento sistemático do conjunto desses percursos, é perceptível a preferência de intelectuais não universitários e de universitários mais idosos pelo Brasil como pátria de acolhimento, enquanto os mais novos, maioritariamente universitários em princípio de carreira, optam por exílios europeus (e também esta diferença talvez se limite a acentuar uma tendência já existente aquando da primeira vaga, da qual faltam os mesmos dados). Se não, note-se:

O «Grupo de São Paulo», reunindo Eudoro de Sousa e Agostinho da Silva a pensadores brasileiros (cf. Marcondes César 2000), e a (informal) «missão portuguesa» na Universidade de São Paulo, com Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena, entre tantos outros (cf. Lemos e Moreira Leite, orgs., 2002), são marcos simbólicos e institucionais no acolhimento dos estrangeirados mais idosos deste período, quase todos nascidos na primeira

década do século. Quer como críticos, quer como académicos, todos partiram, já com obra feita, na década de 1940 ou 1950. Entre eles, naturalmente, alguns mais novos e menos influentes (na altura), mas os principais deles não se fixaram no Brasil (*maxime* Eduardo Lourenço, cf. Real 2003 e 2003a).

Com efeito, os mais novos entre estes estrangeirados partidos entre 1945 e finais da década de 1950 dirigiram-se quase invariavelmente para a Europa ocidental. Além do caso já mencionado de Eduardo Lourenço, pense-se em Vitorino Magalhães Godinho, Vasco Magalhães Vilhena, Barradas de Carvalho, José-Augusto França, Oliveira Marques, António José Saraiva, entre tantos outros. Os casos de Lourenço e Vilhena, aliás, são particularmente sintomáticos da percepção que estes mais novos tinham da sua situação: não quiseram repetir o exílio interior de Sílvio Lima, seu antecessor como assistente de Joaquim de Carvalho em Coimbra. Esta é a primeira geração da modernização das ciências sociais e humanas em Portugal e valerá a pena pormenorizar um pouco este ponto.

Na primeira vaga de «estrangeirados contemporâneos» o interesse pelo conhecimento moderno da Europa da época é já sensível: o vago neokantismo de Sérgio, a proximidade de Jaime Cortesão à primeira Escola dos *Annales*, testemunham-no. Mas só nesta segunda

vaga esse processo adquire uma dimensão colectiva relevante: nos mais velhos dos que partiram no imediato pós-guerra, o Brasil propiciou liberdade de expressão e, com ela, alguma investigação útil, sobretudo, para um *aggiornamento* próprio, mas sem influência muito sensível em Portugal (o mesmo isolamento que vitimara a primeira vaga de estrangeirados, embora mitigado); já os mais novos que partiram nesse período, maioritariamente para países da Europa, contactam com as ciências sociais e humanas do seu tempo e estabelecem uma ponte efectiva (através de editoras, da Fundação Gulbenkian, da imprensa, de círculos artísticos, etc.) com o país de que haviam partido. Essa marca fundadora, cujos efeitos se irão sentir na Universidade portuguesa mesmo depois de 1974, torna-os o elo de ligação entre os mais velhos que saíram de Portugal na mesma altura e os mais novos que, na década de 1960 e princípio de 1970, se lhes seguem, acentuando ainda mais esta adesão ao saber universitário europeu (além dos casos já referidos, pense-se em Alberto Pimenta, José Cutileiro, Villaverde Cabral, José Mattoso, entre tantos outros).

Assim, o que unifica três gerações etárias (c. 1910, c. 1920 e c. 1930) na segunda vaga de estrangeirados contemporâneos é a crescente influência teórica e mesmo política que exercerão a partir dos seus respectivos campos de saber académico. Não espanta, portanto, que

Eduardo Lourenço seja a influência maior da crítica literária que se lhe segue (nem o seu parricídio de Sérgio), tal como não espanta que o primeiro Ministro da Educação de um governo eleito após o 25 de Abril de 1974 tenha sido Magalhães Godinho. Não significa isto que tal influência tenha sido consensual ou sequer uniforme nem, menos ainda, que lhes tenha poupado dissabores (Barradas de Carvalho foi apenas um dos casos mais notórios da resistência da instituição universitária portuguesa à integração destes homens, já em Democracia).

*

É legítimo falar, hoje, numa terceira vaga de «estrangeirados contemporâneos». A terceira vaga compõe-se daqueles que não voltaram apesar do 25 de Abril ou partiram já depois dele. Quase sempre, o motivo foi o mesmo: apesar da liberdade política, Portugal ainda não cultivava nem os meios nem a ética de trabalho necessários à investigação e intervenção públicas como as que é possível praticar no, e a partir do, estrangeiro.

É curioso verificar como actualmente o termo «estrangeirado» é usado não só sem referência aos «castiços» (isto é, como se a História da questão começasse com Sérgio) mas também sem reflexão sobre o seu significado político ou social, como se se limitasse a uma espe-

cífica experiência laboral com reflexos pessoais mas pouco mais do que isso. Mesmo tentativas de organização dos dados respeitantes à situação actual surgem marcadas por circunstâncias da actualidade que correspondem à vida «interior» do País (como no recente Quarto Encontro do Fórum Internacional de Investigadores, entendendo estes sobretudo pelo prisma das ciências ditas «duras»; cf. notícias e entrevista à presidente do Fórum, Irene Fonseca, no *Diário de Notícias* de 12 de Julho de 2004, p. 24). Esta neutralização da carga polémica que acompanha o termo desde Sérgio e, na realidade, desde o século XVI também se deixa explicar pelo «estrangeiramento» do pensamento científico e das artes portuguesas no decurso do segundo e terceiro quartéis do século XX. Com efeito, é notório o decréscimo de reflexão e ensaio sobre a realidade especificamente portuguesa entre estes autores. Tal não significa tanto um menor interesse por Portugal mas, até pelo contrário, um interesse por Portugal mediado por padrões e normas internacionais, indiferente a particularismos anteriormente relevantes. A queda da relevância teórica do tema «estrangeirados» deve-se, a nosso ver, não só ao isolamento do País mas também ao facto de os estrangeirados contemporâneos mais influentes (a «segunda vaga») se ter desligado voluntariamente de temas anteriormente relevantes como a Saudade, o Sebastianismo,

etc., e se ter integrado em círculos universitários internacionais, apostando na institucionalização da Universidade portuguesa junto dessas instâncias e não na simples recuperação dos temas anteriores sob novas perspectivas. Deste modo, verifica-se ainda um outro dado relevante: a questão dos «estrangeirados» é trabalhada em sede de ciências sociais e humanas, sobretudo por não-estrangeirados, ou por recém-estrangeirados. Por isso, vamos de seguida comentar um conjunto de textos, longe da totalidade (ainda por determinar) dos existentes, em que esta situação é verificável e que, a nosso ver, confirmam a centralidade do período da «segunda vaga de estrangeirados contemporâneos» no estudo da questão.

APROXIMAÇÕES AOS ESTRANGEIRADOS CONTEMPORÂNEOS *

A «segunda vaga dos estrangeirados contemporâneos», como temos vindo a argumentar, prolonga-se desde o imediato pós-Segunda Guerra Mundial até 1974. Não é, contudo, a sua dimensão que a unifica e a faz influente, mas o modo como os envolvidos nela contribuíram para a modernização das ciências sociais e humanas (e não só) em Portugal e, desse modo, trabalharam no sentido de uma sociedade civil moderna em Portugal, indirectamente, através do público universitário.

Vamos neste capítulo final dar conta dos dois aspectos essenciais da sua acção relativamente ao próprio tema dos «estrangeirados»: primeiro, no sentido de uma emancipação do legado de Sérgio; depois, ao traçar caminhos próprios para repensar a História de Portugal.

* Este capítulo inclui, adaptadas, secções dos caps. 13 e 17 da nossa dissertação de doutoramento.

3.1

O DIÁLOGO COM OUTRA EUROPA: EDUARDO LOURENÇO E VASCO MAGALHÃES VILHENA

No início também as intuições de Eduardo Lourenço eram sergianas: «O mundo da cultura portuguesa arrasta há quatro séculos uma existência crepuscular.» (Lourenço 1987: 7.) Ausente da Reforma, da Ciência e da Filosofia Modernas, a Cultura portuguesa definha, «têm-na salvo da morte absoluta os raros que teimaram em acreditar ser possível ascender de novo ao espírito da Europa» (*ibid.*). Mas, para Eduardo Lourenço, esse é justamente o problema: pertencendo a uma civilização (material) europeia, a cultura (atitude espiritual) portuguesa é hostil à cultura europeia, donde essas tentativas que a salvam da morte absoluta, julgando «reintegrá-la», acabam perversamente por alimentar a convicção de possuímos uma cultura própria: «Vejam os que vale uma convicção cuja existência só por si constitui, no nosso entender, o maior obstáculo à possibilidade duma cultura autêntica.» (*Ibid.*)

O critério e a terminologia, logo também os autores referenciados, no texto de Eduardo Lourenço são já os que definem a Europa do seu tempo. O seu modo de pensar aquela unidade cultural própria da prática ensais-

tica são intelectual e axiologicamente elaborados como europeus, não como portugueses:

Ora bem. Onde se manifesta entre nós este sentimento grandioso da unidade humana, através da multiplicidade dos actos e das ideias de cada homem? Isolados na pátria cultural que nos coube, num país cuja luminosidade nos devia fazer agudos e amigos das formas como aos antigos Gregos, cortados uns dos outros como ilhotas mudas numa paisagem deserta de incentivos espirituais, como nos atrevemos a falar ainda de cultura, da *nossa* cultura? [P. 8.]

Elencando as excepções que de início mencionara, de Fernão Lopes a Raul Proença (cf. pp. 8-9), Lourenço afirma a conclusão inescapável, a de que também a cultura portuguesa é uma excepção na descontinuidade dos esforços, na incomunicabilidade dos homens e na inoriginalidade das ideias da «nossa» cultura, cultura marginal a uma Europa que se modifica permanentemente sem a nossa participação (cf. p. 9). O diálogo que nos falta, então, não é o que os indivíduos encetaram, de facto, mas o que a comunidade inteira evita: «uma comunidade inteira considera a cultura quase mortal para a sua tranquilidade mecânica» (*ibid.*).

Sem a grandiosidade de Espanha, cuja cultura nunca deixou de ser europeia por completo, o caso cultural

português depende do surgir de pensadores não paroquiais «(e felizmente há alguns)» e da criação de um Espaço público que os possibilite e estime (cf. p. 11). «O paradoxo que isto implica, resolve-o a dialéctica do tempo e do esforço sem desfalecimento, com a condição de tomarmos um contacto concreto com a cultura da Europa.» (*Ibid.*) Este contacto é uma espiritualidade bastante sergiana, mesmo se expressa em termos quase todos existencialistas: «É essa luta perpétua para alcançar uma harmonia no mundo do espírito e da acção que é essencial à Europa.» (*Ibid.*)

Esta luta perpétua não se deixa reduzir a nenhuma concepção científica do mundo. Ela não hostiliza a ciência, limita-se a diferenciar atitudes espirituais — espiritualistas ou materialistas — sem as pretender absolutizar em nome da ciência: «Espiritualismo científico ou materialismo científico são expressões absolutamente vazias de sentido. Ou antes: demasiado cheias de sentido, expressões criadas com o propósito de explorar junto dos que não têm tempo para reflexões de ordem filosófica, o prestígio social preso ao uso do qualificativo de científico.» (P. 12.)

Face à tentação totalitária de ambas as formas de metafísica científica, «a primeira e fundamental das exigências do espírito europeu é a liberdade» (*ibid.*). Escrito em 1949, este ponto de vista representaria bem uma ima-

gem de crítica humanista, digna de um Sérgio reclamando-se de Erasmo. Nesta crítica ensaística, a unidade reflexiva, espiritual, não cedeu ainda à especialização nem à concepção moderna de Liberdade como liberdades (Constant), mas encaminha-se já nesse sentido. Por isso, a reflexão sobre a «ambiguidade essencial do conceito de liberdade» (p. 13) conduz à tese segundo a qual a liberdade humana «é um universo hierarquizado de possibilidades de agir, e todas elas são particulares, de tal forma que a ausência de liberdade numa das actividades humanas essenciais significa a perda concreta de liberdade para o homem total. Quer dizer, o mundo da liberdade tem uma estrutura tal que nele a parte é equivalente ao todo.» (*Ibid.*) Com efeito, foi esta estruturação moderna da liberdade que consencionalizou o discurso crítico da Europa moderna da necessidade de consagrar legal e publicamente aquelas liberdades cívicas tão bem pressentidas pelo absolutismo como perigosas. Não por acaso, Lourenço exemplifica com a liberdade literária, o que não se deve apenas ao facto de a literatura ser «expressão real de toda a cultura superior» (*ibid.*), mas também ao facto comprovável de ter sido a área primordial na formação do discurso crítico moderno na Europa e, para o que aqui mais importa, também entre aqueles portugueses que mais consequentemente tentaram reatar o diálogo em falta nos termos europeus — os presencistas.

É em função dessa crítica a utilizações totalitárias da literatura, da cultura, que o «humanismo ocidental» é proposto como «condição única do nosso acesso à cultura» (p. 15), acesso em que o confronto com a cultura europeia serve para avaliar e consciencializar o que é a nossa própria alma (cf. p. 16). Assim, e apesar das limitações de Sérgio e dos presenciistas, *Seara Nova* e *presença* destacam-se aos olhos de Eduardo Lourenço, em 1949, como as tentativas mais fecundas para reatar o diálogo em falta com a Europa:

Pelo justo sentido do seu humanismo, as tentativas de António Sérgio e do movimento presenciista, de contacto com a Europa, continuam a poder servir-nos de referência, e mesmo de guia. O mesmo não sucede com a adesão unilateral da nossa geração a uma concepção de vida incompatível com o diálogo libérrimo, com a crítica impiedosa a todos os fundamentos do saber e da acção, que constituem a condição do progresso do homem europeu. Temos plena consciência das profundas razões que assistem ao seu humanismo, e que de certa maneira são também as nossas, mas não podemos deixar de estar atentos ao desmentido prático dos seus actos em relação a esse diálogo que nos é essencial. [P. 17.]

Em 1960, no desmentido prático do espírito da *Heterodoxia* de 1949, autocriticado no «Segundo prólogo»

a *Heterodoxia*, decorre a meditação sobre aquele diálogo essencial. Como o próprio nota (Lourenço 1987: 215, n. 1), o artigo que escrevera em 1951 para *Unicórnio*, revista dirigida por José-Augusto França, começara a desenvolver um conjunto de ressalvas metodológicas da maior consequência futura no afastamento deste humanismo característico do discurso crítico cívico da primeira metade do século em direcção à imagologia que o seu próprio ensaísmo irá cultivar, em que se mobilizam referências e noções de saberes especializados para o diálogo cultural com a Europa. Esse artigo, «Ideia de uma historiografia existencial do pensamento português» (Lourenço 1951), recupera a discussão entre a descontinuidade da cultura portuguesa e a excepcionalidade dos que tentam reatar o diálogo com a Europa e incide numa hipótese explicativa da compossibilidade (termo não presente no artigo, refira-se) dos dois elementos em função de uma ideia original em Lourenço mas familiar aos leitores de Sérgio: os nossos pensadores individuais «foram até à cultura superior europeia» mais do que «vieram da cultura superior europeia» (p. 40). Este estrangeiramento voluntário, mas premeditado como temporário, do pensamento português caracteriza sobretudo o discurso crítico (Lourenço fala de «valores e juízos»), pois a ciência, pela sua neutralidade técnica, presta-se a um trânsito menos problemático (cf. *ibid.*). Ou seja, a

questão está em determinar o que correu mal nesse diálogo projectado para o exterior. A nossa descontinuidade cultural surge então (e com uma citação do insuspeito Álvaro Ribeiro) como resultante da pré-reflexividade dos sistemas institucionais da sociedade portuguesa, a que podemos genericamente aceder pela consideração da linguagem em que todos se exprimem: esta linguagem típica do nosso diálogo, ou monólogo, é antiuniversalista e além disso imagina deter uma ideia clara do que é o universal (cf. p. 41). Começando pelo segundo ponto (pp. 41-42), Lourenço nota, contra Álvaro Ribeiro, que a concepção do universal da Filosofia Moderna sob forma científica procede do ideal clássico e que, depreende-se, reclamar a tradição aristotélica para prescindir da Modernidade não colhe. Mas em todo o caso, a influência daquilo a que Sérgio chamava «pureza» e que Lourenço descreve como «presença permanente (com reflexos diversos através do nosso ‘tempo’ histórico e do ‘tempo’ histórico europeu) de catolicismo, de moralismo cristão, de política com coordenadas próprias, de literatura singularizada» (p. 42), influência de atmosfera cultural de paróquia, condiciona a própria transcendência dos raros que ambicionaram Europa:

O destino espiritual do português, define-se pela espécie de experiência privilegiada que tiver efectuado

sobre esse complexo. Todas as aventuras da inteligência portuguesa pressupõem essa opção essencial e a sua falência ou erradiação ficam condicionadas por ela. O contacto espiritual ou emocional com o estrangeiro pode modificar, ampliar ou mesmo desviar em sentido oposto essa opção original. Não importa: ela foi anterior. [Ibid.]

Mas importará, como a evolução da sociedade dual revelará mediante a influência de novos estrangeirados como, precisamente, Eduardo Lourenço. Será essa importância que dará forma cada vez mais consistente às primeiras críticas sistemáticas a Sérgio (cf. pp. 42 e segs.) até formar uma «imagologia», uma «psicanálise mítica» ainda apenas esquematizada neste texto de «historiografia existencial». Uma unidade ensaística (mesmo se «segunda», sobre imagens), o caminho será esse. O de uma comunidade que não existe fora da universalidade cultural que a fará inteligível. E daqui a tensão em toda a Obra posterior de Eduardo Lourenço: entre um sentido europeísta e um fatalismo quanto à sua viabilidade às mãos daqueles que conheceram a «opção original» paroquial. De novo, a diferença deste texto face à *Heterodoxia* de 1949 resulta justamente de um trabalho de «psicanálise existencial» (Lourenço 1951: 43) metodologicamente diverso da «posição intelectualista» atribuída (*ibid.*) a autores tão diversos como Sérgio, Fide-

lino, Nemésio, Rodrigues Lapa, Hernâni Cidade ou Joaquim de Carvalho, crentes na neutralidade da razão e na explicação genérica em sede histórica (este último ponto comum também a António José Saraiva; cf. *ibid.*). Agora, a exigência de liberdade de 1949 vem acompanhada da «ideia central» (cf. pp. 43-44) de uma ausência consubstancial a cada existência, antecipando o desejo de «reconciliação» atribuída em 1960 a *Heterodoxia II* como sua marca específica. E, perto de concluir, explica: «Não se trata de estatuir um Nada genérico, cuja presença no âmago da História explicaria tudo, de uma vez para sempre, uma concretização em sombra dum Não-ser no seio do Ser. Importa ao contrário, a respeito de cada *todo* concreto, único, situado *hic et nunc* (Antero, Renascença, Civilização europeia, etc.), descobrir a *outra-coisa* contra a qual se projectam, o espaço onde se inscrevem, o outro-lado que negam e que é simultaneamente um lado seu.» (P. 44.)

Retomemos, enfim, o «Segundo prólogo». A verdade heterodoxa como consciência de uma ausência cultural face à civilização que integramos é a alteração produzida, em função da europeização do discurso crítico de Eduardo Lourenço, de *Heterodoxia I* para *Heterodoxia II*: «O que no nosso primeiro volume era concebido, sobretudo, sob a categoria do Incognoscível, senão Inexistente, é nesta série de ensaios concebido sob a categoria

do Ausente.» (Lourenço 1987: 219.) Por isso, não se trata de permanecer na Europa, como concluía o ensaio sobre o diálogo em falta, trata-se de empreender uma viagem para fora, para a Europa, ir para ela em percursos pessoais que o tempo e a acção generalizarão (o percurso pessoal de Lourenço é descrito neste «Segundo prólogo»; cf. p. 218). É essa viagem histórica da ideia e prática da crítica em Portugal do século xx que, no caso de Lourenço, explica e justifica a mudança de tom entre os textos de 1949 e 1951 e o «Prólogo» de 1960, contra a «Verdade Portuguesa» (p. 216), contra o isolamento político e filosófico do País (pp. 216-217), contra a hipocrisia e má fé, pregação irrealizante do irrealismo histórico português, «como todo o patrioteirismo, a máscara apenas invertida de um autêntico *complexo de inferioridade nacional*» (p. 217). Neste discurso crítico fala já o julgamento da Europa (*sic*; cf. p. 216), pronunciado sobre o antieuropeísmo oficial português, «reflexo de animais feridos, secreta ou abertamente, pela riqueza alheia. Como defesa inventaram a mais infantil e irrisória resposta: a complacência e a delirante exaltação, sob cor de ‘portuguesismo’, de toda a mediocridade pátria, a começar pela própria. Todos quantos não fervem no banho-maria das auto-adorações e conservam um mínimo de sangue-frio intelectual e de sentido de ridículo, são atirados à fogueira compósita do ‘estrangeirismo’,

‘positivismo’, ‘historicismo’ e Deus sabe que mais. Não sabemos que mais admirar neste moderno auto-de-fé: se a ignorância, a contradição, a petulância, a provocação espiritual ou o simples oportunismo.» (Pp. 217-218.)

Como o próprio Lourenço acrescenta, não há nenhuma explicação singular. Pois os fenómenos foram múltiplos e, por isso, merece atenção o modo como se processou o conflito interior ao discurso crítico português entre os que influenciaram o Eduardo Lourenço de 1949 e os que, com, ou seguindo, Eduardo Lourenço desde a década de 1960, lhe sucederam. Também entre a crítica, como as diversas páginas de Eduardo Lourenço que referimos atestam, a relação com as ideias de Europa (humanista, existencialista, comunista, etc.) foi conflituosa.

Como vimos, Eduardo Lourenço sugerira, em revisão metodológica da sua *Heterodoxia* de 1949, uma «Ideia de uma historiografia existencial do pensamento português» (Lourenço 1951). Texto breve mas com valor precioso para a definição intelectual do seu Autor, interessá-nos voltar a uma sua passagem, quando Lourenço tenta pensar a excepcionalidade cultural de homens como Pedro da Fonseca, Verney, Antero e, justamente, Sérgio:

E todavia é possível que estejamos a colocar a questão às avessas. Que seja mais explicativa a ideia de que *foram* até à cultura europeia, do que a de que *vieram*

da cultura superior europeia. Ou antes, a de que só vieram depois de ter ido e talvez seja muito importante esta prioridade, pois ela determinou com certeza o carácter peculiar dessas filiações ou importações. [Lourenço 1951: 40.]

O que, escrito por Eduardo Lourenço, tem não só o valor do testemunho (em sentido existencialista aqui particularmente apropriado) mas também o mérito de fazer justiça a Sérgio e às sucessivas gerações de estrangeirados que o Estado Novo produziu. Esta ideia de ir, e por vezes não voltar a não ser como Obra que influencia desde o exterior (ou de só voltar muito tardiamente, numa espécie lusíada de retorno a Ítaca), é a dimensão pertinente do conceito «estrangeirado» numa acepção científica actual no domínio da História (das ideias, pelo menos). Em rigor, Sérgio repetidamente trabalhou no sentido da criação de um escol português europeizado justamente pela ida, seguida de retorno, que modernizasse as estruturas científicas e pedagógicas do País; mas, de facto, a persistência do conceito «estrangeirados» na cultura portuguesa fez-se pela via da mitificação polémica (apenas em parte sergiana, algo com que Eduardo Lourenço concordaria, cremos) daqueles «vultos da nossa História» apresentados como se provindos de um exterior nunca marcado pela experiência da pátria.

Companheiro de Coimbra e de exílio de Lourenço, Vasco Magalhães Vilhena conhecia bem Sérgio e os seus textos. Não espanta por isso que este ex-assistente de Joaquim de Carvalho, exilado em França e fortemente ligado ao pensamento marxista alemão, ao desenvolver o seu pensamento filosófico de matriz dialéctica ¹ livremente, visse no idealismo crítico de Sérgio um objecto paradoxal na cultura acrítica portuguesa. Se Lourenço o viu como excepção cultural, Magalhães Vilhena acrescenta-lhe excepção contraditória, por contraditar a própria burguesia republicana que esperava ter nele um campeão e, afinal, obteve um crítico acérrimo. A leitura da Obra de António Sérgio por Vasco Magalhães Vilhena, feita já desde o exílio, merece atenção, então, não só pelos seus méritos intrínsecos, mas também por ser *case study* da experiência republicana portuguesa aos olhos de um pensador marxista particularmente preparado para uma tal leitura.

Dizemos «méritos intrínsecos» e queremos reforçar este ponto. Ao contrário do que ficou assente desde a

¹ Leia-se a entrevista a Magalhães Vilhena conduzida por Maria Ivone Ornellas de Andrade, *in* Chitas e Resende, coords., 1990: 327-340 (cf. p. 334 para a questão da centralidade da dialéctica).

publicação em 1964 e permanece até hoje, *António Sérgio. O Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa* (Magalhães Vilhena 1964) não trai Sérgio nem o distorce, mesmo se recorre a uma matriz teórica (marxismo) que lhe é estranha. Aliás, Magalhães Vilhena não cessa de lembrar que Sérgio não foi marxista e que nem sequer poderia ter sido dado o seu limitado domínio da ciência económica. Se, de facto, a objecção comum de ter usado Sérgio para fazer «apostolado comunizante» é compreensível, tal não invalida o facto de as próprias insuficiências da linguagem teórica de Sérgio permitirem esse desenvolvimento, tal como permitiram os desenvolvimentos bem mais fiéis ao idealismo original de Magalhães Godinho ou Joel Serrão. Trata-se, de novo, das consequências que a experiência estrangeira teve na formação com que cada um partiu — Vilhena era já comunista e marxista, e essa marca, devidamente trabalhada, pôde aplicar-se com grande efeito ao caso Sérgio *qua* reflexão sobre o caso português².

² Sobre a associação do interesse por Sérgio com o interesse pela cultura portuguesa, cf. a entrevista indicada na nota anterior, pp. 336-339. Na conclusão da entrevista, Magalhães Vilhena filia-se aliás na categoria de estrangeirado, mesmo no período em que ainda estava em Portugal, tal como Sérgio a usava para si próprio: «Sempre considerei a cultura universal.» (P. 340.)

As hesitações de Sérgio, mesmo que elaborada e contundentemente expressas, não eram poucas: civismo mas espírito de Igreja Primitiva; democracia mas espírito de escol; idealismo mas exigência de experiência; racionalismo mas ambições espirituais; Destino histórico mas crítica histórica como libertação do passado. Nada disto é incompatibilizável, mas as tensões entre fórmulas tão diversas tolheram o sergiano (o real e o ideal, pouco coincidentes em Sérgio e quase nada nos sergianos) de um modo nítido. No conjunto, o problema das ideias efectivamente avançadas de Sérgio consistia na ausência de uma linguagem conceptual capaz de as articular. É isso que une os seus críticos mais ferozes (Borges de Macedo ou Eduardo Lourenço) aos seus seguidores mais fiéis (os que repensam os problemas por ele abordados, como Magalhães Godinho) e mesmo aos seguidores menos fiéis, como Magalhães Vilhena, empenhado em pensar com Sérgio contra Sérgio, para usar uma expressão célebre noutra contexto.

Este empenho é particularmente claro no último capítulo do livro, «António Sérgio e a crise da ideologia burguesa». A tese de Vasco Magalhães Vilhena (cf. pp. 137-146) faz coincidir a permanência da estrutura social burguesa com a permanência dos traços essenciais do pensamento sergiano, que assim se relacionaria dialecticamente com ela, pois não se conformaria com mentalidade

pequeno-burguesa, mas revelar-se-ia incapaz de a transformar, bem como às suas estruturas socioeconómicas. A crítica ao cooperativismo económico e ao demoliberalismo político de Sérgio decorre então naturalmente de um ponto de vista mais avançado, o do progressismo marxista. Afável com a génese polémica da Obra de Sérgio (cf., entre outros exemplos possíveis, pp. 152-155), há como que a condescendência do profissional com o amador, com o homem que, em vão, tentou encontrar ou criar uma tradição intelectual que integrasse na cultura portuguesa a sua crítica, para tanto recorrendo à noção «estrangeirados» (cf. p. 153, espec. n. 21, e pp. 158-159 e 167-171). Ora precisamente esta condescendência com as fraquezas constitutivas e inconsistências óbvias do sergianismo evidencia-se na releitura da História de Portugal segundo Sérgio, que Magalhães Vilhena sumariamente faz (cf. pp. 175-182) para melhor firmar a sua própria posição, filosoficamente marxista, a partir da argumentação sergiana: se a oposição de Sérgio ao marxismo, sendo essencialmente de princípio, se exprime por particularidades de circunstância (cf. p. 177), afastadas tais circunstâncias justamente com a crise da ideologia burguesa, será possível ao marxismo cumprir o programa geral de reformas (a começar pela agrária) que Sérgio pretendeu e ao qual estava mesmo disposto

a subordinar a democracia política, «meramente formal» (cf. pp. 185-187).

Não espanta que a conclusão do livro de Magalhães Vilhena (cf. pp. 188-196) enfatize justamente os aspectos que um estrangeirado como o seu autor apreciava e um académico português como Borges de Macedo (ainda que especialista e argumentando metodologicamente) não poderia aceitar: Sérgio como tributário da burguesia ascendente, revolucionária, sobretudo da estrangeira, europeia, pois a portuguesa colapsara no incipiente liberalismo do século XIX; Sérgio como enraizado socialmente no «estrangeirismo», muito além, portanto, de qualquer sucesso polémico datado (cf. p. 192 para todos estes tópicos).

Pelo que, de um ponto de vista «progressista», podia escrever: «A obra de Sérgio é à medida do interesse que ele sempre consagrou, numa perspectiva de burguesia radical esclarecida, aos grandes problemas da cultura nacional. Objectivamente, ela é a expressão do último combate ideológico da burguesia progressista em terra portuguesa.» (P. 193.)

*

Os textos relevantes para aferir as discussões directa ou indirectamente relevantes para a questão dos

estrangeirados após a influência de Sérgio excedem o espaço que um «Essencial» permite. Sem necessidade, sequer, de evocar outros nomes, basta lembrar *Situação Africana e Consciência Nacional*, a primeira parte de *O Fascismo nunca Existiu* ou muito de *O Labirinto da Saudade* (todos de Eduardo Lourenço) para que muito mais haja a dizer. Em rigor, mesmo hoje continuam a registar-se evoluções, como os chamados Estudos Coloniais naturalmente geram num país de longa experiência colonial. Como dissemos, os textos e autores citados neste capítulo pretendem indicar a relevância de um determinado período histórico do século XX português no estudo dos «estrangeirados», e não esgotá-la.

Por isso não surpreende que seja a partir de centros de estudos portugueses no estrangeiro (sobretudo em publicações de língua inglesa), onde as ciências sociais e humanas, bem como a actividade editorial universitária, estão mais desenvolvidas, que surjam investigações e publicações de relevo para o estudo das relações de Portugal com o exterior. Contudo, essa actividade nunca deixou de decorrer em Portugal e também no período correspondente ao da segunda vaga dos estrangeirados contemporâneos a sua intensidade foi grande, como veremos de seguida.

3.2

REVISÕES DA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA DEPOIS DE SÉRGIO

A historiografia portuguesa, como todo o saber e toda a sociedade, não evoluiu uniformemente, no tema dos estrangeirados como em qualquer outro. E assim, no mesmo período histórico a que nos temos referido como o da «segunda vaga dos estrangeirados contemporâneos», encontramos trabalhos claramente inspirados no ideário sergiano dos «estrangeirados da nossa (falhada) modernidade» que revelam bem as limitações dessa análise, juntamente com o seu valor.

Já citado por nós, o artigo «Estrangeirados», escrito por Coimbra Martins para o *Dicionário* organizado por Joel Serrão, apresenta uma visão do tema inteiramente devedora do ensaísmo sergiano [embora o autor apenas mencione, no ponto 5) da bibliografia, o proveito de consultar «alguns artigos de António Sérgio»]. Tomando o quadro histórico sergiano (segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII), prolonga-o um pouco na conclusão do seu artigo com referências ao século XIX: «aos estrangeirados (1650-1750), aduzidores de modernidade, sucedera o triunfo de uma corrente esclarecida, encabeçada por Pombal. Os estrangeiros em

Portugal, a mudança de carácter das influências francesas e a sua extensão a camadas sociais mais modestas tinham contribuído para comprometer o êxito da temperada reacção mariana. A Revolução Francesa, os exilados dúbios, as invasões, as influências inglesas e o internacionalismo maçónico ajudam a formar a mentalidade vintista, e os afrancesados, em Portugal e Espanha, substituem os estrangeirados.» (Coimbra Martins 1965: 129; segue-se o período final do texto, citado em epígrafe ao cap. 1 deste trabalho.)

Não espanta que as remissões do artigo (já como o seu próprio texto) sejam também elas temas caros a Sérgio (Conferências Democráticas, *Seara Nova*, etc.). Neste, aliás, a importância actual dos estrangeirados prendia-se em grande parte com a sua crítica à pedagogia livresca e enciclopédica, mais afrancesada do que francesa. Esta componente de «educação cívica», para recorrermos a um título de Sérgio, é contudo mais vinculada na temática dos estrangeirados por um outro sergiano, Victor de Sá. Na sua apresentação ao volume de textos de Ribeiro Sanches que organizara em 1972 (citado a partir da segunda edição, Sá 1980), resulta clara a associação entre os estrangeirados em acepção sergiana e o pensamento reformador em Portugal (título da última subsecção da «Apresentação», pp. 32-41). Para lá de questões relativas à caracterização do pensamen-

to do próprio Victor de Sá (próximo de um «marxismo sergiano» referido por António José Saraiva no terceiro prólogo a *Para uma História da Cultura em Portugal*, segundo cremos), também nesta apresentação se confirma como os estrangeirados típicos de Sérgio sobreviveram como mito, imunes à crítica do racionalismo, entre os historiadores especializados que lhe sucederam. (Isto mesmo, de uma forma mais generalizada, e até irrestrita, foi criticado celebrenemente por Eduardo Lourenço; cf. Leone e Real 2004 sobre a recepção historiográfica de Sérgio).

Nessas páginas, além das teses, é o próprio Sérgio a ser citado e, na conclusão (pp. 39-40), a sua proposta de formar um escol de investigadores pelo estrangeiramento temporário e posterior reintegração no País surge identificada com os planos de Ribeiro Sanches, unidos no combate ao «Reino Cadaveroso».

Todavia, e apesar do que o próprio Sérgio pretendia, a ênfase de Coimbra Martins, Victor de Sá, entre outros, na «reforma das mentalidades», tropismo comum ao pensamento cívico do republicanismo português, distrai o leitor do essencial, a fragilidade intrínseca a uma argumentação que se pretendia cívica mas forte de conhecimentos. Essa fragilidade residia nos escassos conhecimentos disponíveis sobre a experiência das Luzes em Portugal, à época (1920 ou 1970, pouca diferença faz)

muito escassa. Assim, passado o momento próprio em que essa fragilidade era suprida pelo carácter programático da noção de estrangeirados (o momento sergiano por excelência, na I República), recorrer à tese de Sérgio nos termos em que Sérgio a formulara resultava limitado.

*

Num ensaio de 1972, publicado como prefácio a uma *Antologia da Historiografia Portuguesa* em dois volumes (Oliveira Marques 1974), um outro estrangeirado como era Oliveira Marques, notava que o século xx português tinha numa geração de historiadores surgidos entre 1939 e 1945 um grupo de investigadores de excelência só comparável à geração de 1830, a de Herculano (p. 38). Como também notava (cf. pp. 40-41) que entre as duas houvera um período, encerrado com a implantação do Estado Novo, em que a historiografia contemporânea se afirmara, apoiada numa liberdade de imprensa historicamente rara entre nós. Todavia, justamente a elevada conflitualidade política da I República, que suscitara o Estado Novo como resposta conservadora, conferira a esta atenção ao contemporâneo um papel ideológico no qual o interesse histórico real era apenas subsidiário (cf. pp. 44-48). Após o que o principal factor na historiografia contemporânea se afigurava ser a

censura, que remetia o historiador para o passado, detendo-se por regra em 1820 (cf. pp. 48-53), o que veremos também confirmado por Borges de Macedo. Ora este dado é tanto mais revelador quanto na geração renovadora da historiografia contemporânea de 1939-1945 se encontra justamente Borges de Macedo. Ao criar um público novo e métodos de investigação novos e actualizados face à Europa (cf. p. 53), esta geração preconiza uma história total de inspiração próxima da Escola dos *Annales* (cf. pp. 54-55), e por essa metodologia distingue-se tanto da geração anterior (homens do «Revirinho» como Sérgio, Jaime e Armando Cortesão, Veiga Simões ou Rodrigues Lapa, cf. p. 55) como daqueles historiadores ditos «eruditos» que se circunscrevem na sua investigação ao passado politicamente tolerado (em Lisboa, Veríssimo Serrão ou Virgínia Rau, em Coimbra, José Mattoso, entre outros; cf. p. 56). Mas, segundo Oliveira Marques, é de facto o grupo de Lisboa que, ao longo das décadas de 1950 e 1960, se distingue pela sua modernidade, autoconsciência e relação com o público (cf. p. 57), tendo como figura maior Vitorino Magalhães Godinho.

Antes de abordarmos a obra de Magalhães Godinho, cumpre observar que neste grupo de Lisboa abundam estrangeirados e que o próprio Oliveira Marques é um deles: doutorado na Alemanha, professor e investigador

em Inglaterra e nos Estados Unidos, a sua visão desta evolução da historiografia portuguesa ao longo do século XX não só reforça, pelo cânone que faz, a importância dos estrangeirados, como participa dela e, assim, ilustra bem a possibilidade de uma história contemporânea não circunscrita ao passado. Veremos, aliás, que além de Magalhães Godinho, o também referido José-Augusto França requer destaque entre os «estrangeirados», o que aliás se poderia estender a outros (Tengarrinha, por exemplo, aliás igualmente citado em Martins 1998).

Dada a sua limitação temática, como quase toda a sua obra, centrada sobre História da Arte, valerá a pena ler um estudo de José-Augusto França como meio de aproximação a esta nova historiografia portuguesa que se estrangeira voluntariamente para assim reencontrar a atitude e o método europeus que são seus, mesmo se momentaneamente excluídos de Portugal. Em *A Arte em Portugal no Século XX* (França 1974), é todo o projecto de uma historiografia científica descendente dos *Annales* que se encontra, a ponto de mesmo a revolução de Abril não alterar o trabalho feito (cf. p. 15, nota de Maio de 1974). De certo modo, confirmação teórica de uma afirmação de Almada (e de uma tese de Sérgio), que o próprio França cita: «Portugal parou em Camões e recomeça

no século xx.» (P. 62.) Justamente, toda a questão (e Almada nela é irrelevante) joga-se em o século xx ter surgido em Portugal bem tardiamente, por força do interregno político que Oliveira Marques notou ao estudar a nossa historiografia contemporânea.

Assim se explica como, ainda em meados da década de 1970, era necessário a França (cf. pp. 7-8) fundamentar a consciência e a metodologia historiográficas em Braudel para assim abdicar voluntariamente de «esquemas culturais dum século xix prolongado até quase a dias de hoje». Contra esses esquemas, por uma História da Arte do século xx na qual a arte anterior não tem papel que não «meramente referencial ou alusivo» (p. 8), França escreve uma história crítica: «O trabalho do historiador é, por excelência, um trabalho crítico — e ‘o terreno sólido da história’ um mito tão falaz em relação ao século xx quanto aos séculos xix ou xv.» (P. 9.) E prossegue, caracterizando este trabalho crítico:

Seguindo por ele, o autor procurou problematizar, estruturar e descrever uma situação sociocultural, usando uma inteira liberdade de análise em todos os domínios — fora da qual não é possível o exercício do ofício de historiador, sem desonra profissional. Uma liberdade igual à que usou nos seus trabalhos sobre o século xix ou sobre o século xviii. [*Ibid.*]

Esta honra profissional, variação especializada do civismo da primeira geração de «estrangeirados», é o que se joga em liberdades modernas como o são as de pensamento, expressão, associação, sistematicamente negadas ao investigador «não-estrangeirado». Dizemos «investigador» por se tratar de um trabalho que inclui metodologias não apenas historiográficas (cf. p. 10), e, em parte por isso, está em condições de redefinir conceitos como «estrangeirado» em função da sua pertinência actual e não da sua tematização sergiana. Assim, nenhum capítulo sobre Maria Helena Vieira da Silva: «Vieira da Silva nasceu em Portugal e é portuguesa mesmo para além da sua naturalização francesa; mas é como ‘pintor parisiense’ ou europeu, ou ocidental, que ela se define, *em outros quadros culturais*, e qualquer mistura seria condenável metodologicamente, senão pelo simples bom senso que a reflexão histórica deve sobretudo manter e prezar. De resto, a sua obra só foi suficientemente revelada em Portugal em 1970, muito para além das balizas deste trabalho.» (P. 13.) Entenda-se: não é o facto de pertencer a outros quadros culturais, mas sim o facto de o País não os ter reintegrado, que faz de Vieira da Silva «estrangeirada»; e não é qualquer insuficiência conceptual desses quadros, mas opção metodológica (período abrangido pelo trabalho), que exclui a sua obra da investigação de França, na qual, de facto, a realidade

da criação, difusão e crítica de Arte em Portugal marcavam fortemente a distância, imposta politicamente, entre o País e o estrangeiro.

Para a figura cimeira da «escola de Lisboa» sugerida por Oliveira Marques, Vitorino Magalhães Godinho, a História da Arte de França não é ainda tão sociológica quanto seria desejável (Magalhães Godinho 1976: XIX). Mas tendo em conta o aparato teórico e conceptual dos seus textos e a sua ênfase na análise histórico-estrutural da nossa sociedade (*ibid.*: XXII, para dar apenas um exemplo), poucos seriam capazes de cumprir o objectivo. Se França partiu de Portugal depois de uma experiência particularmente activa no Surrealismo de Lisboa e na crítica cultural, articulando no estrangeiro uma linguagem metodológica que a formação em Portugal não lhe poderia proporcionar, Magalhães Godinho parte já formado para o seu exílio (aliás dois). Fortemente influenciado por Sérgio desde a sua primeira obra (em 1940, *Razão e História*, incluída posteriormente em *Ensaios IV*), Magalhães Godinho tem oportunidade na sua experiência de exílio de exercer livremente o seu trabalho de especialista, mais do que de se formar. Para falar como Eduardo Lourenço em 1951, ele «vai» já feito e só «volta» em definitivo quando o País já o permite (em 1974); esta partida corresponde à necessidade de poder trabalhar num meio científico rigoroso, sem pressões po-

líticas, num tema essencialmente português para a visão «castiça» mas essencialmente europeu (mundial) para a perspectiva desta historiografia crítica: os Descobrimientos. A sua teorização dos complexos histórico-geográficos, mais do que aplicar a metodologia dos *Annales* ao passado português, exprime a amplitude teórica do pensamento de Magalhães Godinho. Veja-se por exemplo o volume III dos seus *Ensaio*s, sobre teoria da História e Historiografia, e como a durante todo o período que abrangem (desde a década de 1950 até à de 1970) correspondem estudos disciplinarmente diversificados mas sempre articulados numa perspectiva estranha ao modelo, postulado por Borges de Macedo, de História como ciência do passado: a História Geográfica (Magalhães Godinho 1971: 127-144), a História Universal (*ibid.*: 145-144), a história económica e a economia política (*ibid.*: 155-166), e, em particular, a relação entre História e Ciências Sociais, sobre a qual (recuperando o longo ensaio sobre a «Crise da história» que abre o volume, pp. 3-125), num breve texto de 1956, aponta o passado como matéria própria da crónica, que a História há muito procura superar (cf. p. 179) com o apoio das ciências sociais. E, em nota à edição do volume (de 1971, relembre-se), escreve: «Desde 1956 realizaram-se lá fora — sempre lá fora! — progressos decisivos em todos estes campos.» (P. 184.) Ora é a este «lá fora» que Ma-

galhães Godinho pertence sem por isso se sentir menos português — pelo contrário. Em «Devir e estrutura», ensaio incluído nesse volume, esta pertença crítica, que diferencia vários passados, e portanto também vários presentes, mediante uma ponderação axiologicamente neutra como é a científica, reclama-se expressamente de Sérgio, desenvolvendo a ideia de a história ser sobretudo um meio de nos desembaraçarmos do passado (cf. p. 199). Esta ideia, tematizada por Magalhães Godinho no sentido de recusar visões mitificadas do passado como as que Sérgio combatera no seu tempo, só agora pode ser cabalmente desenvolvida, pois só com Magalhães Godinho ela dispõe de uma linguagem científica capaz de expor as suas intuições de forma satisfatória — exemplo maior será precisamente a fórmula «complexo histórico-geográfico», que desenvolve a atenção de Sérgio a aspectos económicos e geográficos da Expansão portuguesa.

Por tudo isto, e por muito mais que se poderia acrescentar, Magalhães Godinho ocupa de facto um lugar central entre os estrangeirados do século xx português.

*

Vimos até aqui como a perspectiva de matriz sergiana sobre os estrangeirados estagnou e evoluiu, ela pró-

pria, em função da experiência contemporânea de «estrangeiramento» (da qual o testemunho mais claro será, porventura, o título de Casais Monteiro *O Estrangeiro Definitivo*). A terminar, e de um modo apenas cursório, há que referir a crítica mais severa que essa perspectiva sofreu. Já a referimos, trata-se da sua refutação por Jorge Borges de Macedo em «*Estrangeirados*», um *Conceito a Rever* (Borges de Macedo 1974). Ex-marxista, tendo optado pela especialização científica sem seguir a via do estrangeiramento, Borges de Macedo apresenta a sua tese no estertor do marcelismo e publica-a no imediato pós-25 de Abril de 1974. Logo na «Nota prévia» ao texto as reservas metodológicas face a Sérgio não distinguem apenas Borges de Macedo do ensaísta e dos seus sucessores; diferencia também uma ideia de História como ciência com domínio próprio, o passado, e do historiador como mediador não-ideológico da inteligibilidade desse passado para o presente. Estamos portanto nos antípodas de Sérgio e dos diferentes sergianismos, em quase tudo.

Já citámos em epígrafe a este trabalho a abertura do ensaio de Borges de Macedo. Reproduzimos agora as linhas imediatas sobre o conceito «estrangeirados»: «Os grandes mentores do século XVIII não precisaram de o formular, e, apesar da emigração política, também se não determina em Garrett, Herculano ou, por con-

traste, em Castilho; nem se constitui com aqueles que, no século XIX, mais especificamente, se decidiram a encontrar uma evolução cultural portuguesa, mesmo que só literária.» (P. 11.) Nas páginas seguintes, Borges de Macedo insiste no ponto, prolongando-o até à Geração de 70 (p. 15), às ideias do século XIX em geral (ao romantismo político; cf. p. 17) e, enfim, ao princípio do século XX (p. 19). Com a implantação da República e subsequente reacção integralista, no entanto, Borges de Macedo vê uma mudança qualitativa:

Ora, é só à volta das críticas a esta atitude nacionalista do português do século XX que vem a ser proposto e definido o conceito de estrangeirado. Apresenta-se no sentido de corrector exógeno das ideias correntes na cultura portuguesa, em antagonismo e superioridade às que o corpo nacional produzia, assim como alusivo a um grupo próprio que detinha essas formas externas de correcção e por elas se qualificava e distinguia. [P. 20.]

De imediato (pp. 21 e segs.), essa crítica à desactualização do País mais do que de qualquer regime político é identificada (correctamente) com António Sérgio. A partir daí, a argumentação de Borges de Macedo desenvolve uma crítica a Sérgio baseada, como já notámos, em pressupostos totalmente diversos dos deste: quanto ao que é a História, quanto ao que deve ser o exercício

pelo historiador do seu *mínus*; quanto à pertinência da actualidade na actividade historiográfica e pedagógica; sobretudo, quanto à relação de Portugal com a Europa.

Borges de Macedo nota (cf. pp. 23-24) como o surgimento polémico dos «estrangeirados» no pensamento de Sérgio se faz no âmbito de uma polémica em grande medida geracional sobre a cultura portuguesa, exacerbada pela recém-implantada República. Vendo essa génese já do ponto de vista do historiador, tal como o definiu na «Nota prévia», passa então a uma crítica metodológica que aponta as insuficiências teóricas da historiografia sergiana e insiste nas realidades sociais portuguesas entretanto valorizadas por uma historiografia especializada (cf. espec. pp. 26-30). E concluía, sem pormenorizar que («apesar de tudo!») «a cultura portuguesa tinha tido maturidade suficiente para, em face da crítica — necessária, embora caricatural — da história e da sociedade portuguesas como vaso fechado, corrigir com segurança, essa deficiência de argumentação» (p. 30). Contudo, na perspectiva de Borges de Macedo, o conceito entrara nos programas de ensino liceal nos anos 30 e proliferara independentemente da fortuna da obra de Sérgio (cf. p. 31).

Neste ponto, merece atenção o contraste feito por Borges de Macedo entre Sérgio e Jaime Cortesão (pp. 31-34). Este surge menos castigado do que Sérgio e os

sergianos, mas a sua argumentação relativa a «estrangeirados» e «castiços» na época de D. João V merece o mesmo tipo de reservas metodológicas (cf. pp. 34-35). Por maioria de razão é o «primarismo analítico e informativo» (p. 35, n. 36) dos textos, já por nós mencionados, de António Coimbra Martins e Victor de Sá que lhe merece as maiores críticas, pois generaliza ainda mais considerações que o próprio Sérgio pouco desenvolvera, pretendendo erigi-las em algo como «orientador de pesquisas históricas, sem considerar, porém, o uso no contemporâneo» (p. 35).

Sendo o uso contemporâneo aquele que é próprio deste *Essencial*, as observações de Borges de Macedo a partir deste ponto deixam de ser relevantes. A sua argumentação até ao final do texto (pp. 35-47) insiste nas reservas metodológicas a ter no emprego da hipótese «estrangeirados como factor de modernização» aplicada ao Portugal dos séculos XVI a XIX, terminando o seu ensaio de forma categórica: «Fora destas precauções, continua a ser, tão-só, uma concepção de mero alcance doutrinário e actualista.» (P. 47.)

*

Já indicámos como o «mero alcance doutrinário e actualista» é, na realidade, uma concepção diferente de

História, desenvolvida depois de Sérgio por historiadores e cientistas sociais pares de Borges de Macedo. No final deste trabalho, é apenas justo relevar que a experiência contemporânea (salvaguardada por Borges de Macedo das críticas que faz ao conceito) deu ao termo um sentido e um valor que o próprio Sérgio não podia prever e que ultrapassa em muito o que cabe nos manuais liceais — ou num volume da série «O Essencial sobre». As três gerações de estrangeirados do século XX estão aí, cremos, para o demonstrar, e não espanta que a própria formulação do tema por Sérgio se inicie durante a sua estada no Brasil na década de 1910. Em todo o caso, essa evolução liga-se à forma de relacionamento com o estrangeiro, em especial com o estrangeiro europeu e americano, que merece estudo próprio se reconhecermos autonomia ao estudo da história contemporânea.

Já na reapreciação do papel dos «estrangeirados» na Modernidade portuguesa, as críticas de Borges de Macedo colhem, e com muita acuidade. Depois delas, a manutenção da tese de Sérgio será, como em tempos afirmou Eduardo Lourenço, um mito da razão. Algo que nenhum estrangeirado poderá estimar.

BIBLIOGRAFIA

- BORGES DE MACEDO, J., 1974, «Estrangeirados», *um Conceito a Rever*, Edições do Templo, Lisboa.
- CHITAS e RESENDE, coords., 1990, *Filosofia. História. Conhecimento. Homenagem a Vasco Magalhães Vilhena*, Caminho, Lisboa.
- COIMBRA MARTINS, A., 1965, «Estrangeirados», in Serrão, dir., 1965, II: 122-129.
- FRANÇA, J.-A., 1974, *História da Arte em Portugal no Século XX*, Bertrand, Lisboa.
- LEMONS e MOREIRA LEITE, orgs., 2002, *A Missão Portuguesa: Rotas Entrecruzadas*, ed. UNESP, São Paulo.
- LEONE, C., e REAL, M., 2004, «Quadro configurativo da recepção da obra de António Sérgio: 1969-2001», in VV. AA., *António Sérgio, Pensamento e Acção*, INCM, Lisboa.
- LOURENÇO, E., 1951, «Ideia de uma historiografia existencial do pensamento português», in *Unicórnio*, pp. 38-44 (dir.: J.-A. França), Lisboa.
- , 1987, *Heterodoxia*, A&A, Lisboa.
- MAGALHÃES GODINHO, V., 1971, *Ensaio III*, Sá da Costa, Lisboa.
- , 1976, *Ensaio II* (2.^a ed.), Sá da Costa, Lisboa.
- MAGALHÃES VILHENA, V., 1964, *António Sérgio. O Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa*, Seara Nova, Lisboa.

- MARCONDES CÉSAR, C., 2000, *O Grupo de São Paulo*, INCM, Lisboa.
- MARTINS, H., 1996, *Hegel, Texas e Outros Ensaios*, Século XXI, Lisboa.
- , 1998, *Classe, Status e Poder*, ed. ICS, Lisboa.
- REAL, M., 2003, *Eduardo Lourenço: os Anos da Formação 1945-1958*, INCM, Lisboa.
- , 2003a, *O Essencial sobre Eduardo Lourenço*, INCM, Lisboa.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H., org., pref. e notas, 1974, *Antologia da Historiografia Portuguesa* (2.^a ed.), Publicações Europa-América, Lisboa.
- PORTUGAL, B., 1915, *Inquérito Literário*, Livraria Clássica Editores, Lisboa.
- SÁ, V. de, 1971, selecção, apresentação e notas a Ribeiro Sanches, *Dificuldades que Tem um Reino Velho para Emendar-se e Outros Textos*, Livros Horizonte, Porto.
- , 1978, *Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal*, Instituto de Cultura Portuguesa, M. E. C., Lisboa.
- SEDAS NUNES, A., 2000, *Antologia Sociológica* (org. e pref. M. F. Mónica), ed. ICS, Lisboa.
- SÉRGIO, A., 1913, *O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*, ed. Renascença Portuguesa, Porto.
- , 1929, *Ensaio II*, Seara Nova, Lisboa.
- , 1932, *Ensaio III*, Seara Nova, Lisboa.
- SERRÃO, J., dir., 1965, *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Iniciativas Editoriais, Lisboa.

ÍNDICE

Nota prévia	5
1. O conceito no século xx	8
2. As três vagas de «estrangeirados contemporâneos»	28
3. Aproximações aos estrangeirados contemporâneos	41
3.1 O diálogo com outra Europa: Eduardo Lourenço e Vasco Magalhães Vilhena	42
3.2 Revisões da historiografia portuguesa depois de Sérgio	60
<i>Bibliografia</i>	77

Composto e impresso
na
Imprensa Nacional-Casa da Moeda
com uma tiragem de oitocentos exemplares.
Orientação gráfica do Departamento Editorial da INCM.

Acabou de imprimir-se
em Agosto de dois mil e cinco.

ED. 1011787
ISBN 972-27-1416-3

DEP. LEGAL N.º 230 076/05

ISBN 972-27-1416-3



9 789722 714167